

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL

Aos vinte e sete dias do mês de maio de dois mil e vinte e seis (27/05/2026), às **08h55min** reuniram-se, ordinariamente, as seguintes conselheiras: Adriana Aparecida da Silva Martins Ferreira, Ana Cristina do Valle Domingos, Elaine de Souza Nascimento, Quéli Madureira Campos Ferrarez e Irma Cassiano dos Santos.

Estiveram presentes também: a Diretora-Presidente Elizangela Sara Lana, o Diretor Administrativo e Financeiro Diego da Silva Carioca e a Controladora Interna Betânia Aparecida de Paula.

Justificativa de ausência: Halysson Mendes e Souza Pinto justificou.

A reunião tinha como pauta os seguintes pontos:

Pautas do Conselho Fiscal

1. Relatório do Controle Interno do mês de abril/2026
2. Relatório de Investimentos do mês de abril/2026
3. Aprovação da Prestação e Contas

Pautas da Diretoria

4. Posse dos eleitos aos cargos de Diretor-Presidente, Diretor Administrativo e Financeiro, Diretor Previdenciário e Controlador Interno
5. Encaminhamento à Câmara Municipal – resposta aos Requerimentos nº 49/2026 e 50/2026, referentes aos questionamentos sobre a concessão de diárias
6. Respostas ao Ofício nº 153/2026 do Ministério Público referente à denúncia anônima sobre concessão de diárias para participação de eventos
7. Resolução que regulamenta o custeio das certificações relativas a RPPS
8. Andamento da elaboração do novo Código de Ética do IPREV Mariana

A conselheira Adriana cumprimentou todos os presentes, dizendo que Halysson justificou a ausência e a pediu para conduzir a reunião. Posteriormente iniciou a pauta **1- Relatório do Controle Interno do mês de abril/2026**, perguntando se alguém tinha alguma dúvida. Elaine comentou que gostou da notícia do aumento do patrimônio líquido do IPREV Mariana. Ana perguntou sobre a impugnação do Edital de Eleição nº 02/2026 (página 5 do relatório). A Controladora Interna Betânia explicou brevemente a situação, informando que ela própria

quino
Diego
Mariana
Adriana

HS
JP
Queli
Betânia

impugnou o edital em razão da exigência do período mínimo de 02 (dois) anos no cargo de chefia/coordenação/direção presente na Resolução nº 2/2026. Explicou que, esse requisito foi criado nessa eleição e que este poderia impactar a diretamente, impedindo sua candidatura, uma vez que ela não teia dois anos completos como Diretora na data da eleição. Elizangela disse que a Resolução não impactaria, pois faltavam apenas dias para a Betânia completar o tempo necessário para comprovar os referidos requisitos. Acrescentou que, a pedido da Secretaria de Administração Arlinda, essa parte foi retirada das exigências dos cargos e com anuência da Comissão Eleitoral. Betânia disse que o referido edital remetia Resolução criada e que no seu entendimento o tempo de questionar o edital seria se no período de impugnação do edital. Betânia ressaltou também que questionamentos não são ruins e a conselheira Adriana concordou que exigências excessivas podem diminuir a participação de potenciais candidatos. Elizangela ressaltou que a questão da Resolução comentada pela Betânia que percebe que a intenção do Conselho foi blindar o Instituto e não restringir a participação de possíveis candidatos. Às 9:03, o Diretor Administrativo e Financeiro Diego entrou na reunião e Adriana perguntou sobre a lei da contribuição previdenciária nos casos de licença sem vencimentos. Diego disse que a Lei nº064/2008 já traz a orientação de que nos casos de licença sem vencimento, o servidor tem que arcar com a contribuição dele e com a parte patronal. Acrescentou que a lei/decreto para regulamentar o recolhimento da contribuição nesses casos ia sair juntamente com a reforma da previdência, mas que até o momento não saiu. Em razão disso, reforçou que a Lei nº 064/2008 e a jurisprudência sobre o assunto embasam o recolhimento dessas contribuições. Adriana perguntou se o servidor está sendo obrigado ou facultado a contribuir nesses casos e Diego disse que a previsão da cobrança já está prevista na lei, mas não estava sendo cobrada na prática. Diego acrescentou que o pagamento da alíquota suplementar não é previsto nesses casos. Elaine perguntou sobre o andamento da Reforma da Previdência e Elizangela disse que o assunto, possivelmente, voltará a ser discutido possivelmente a partir do dia 15 de junho. Passou-se para a próxima pauta. **2 - Relatório de Investimentos do mês de abril/2026:** Elizangela disse que o Termo de Cessão de Ricardo finalizou no dia 25/05/2026 e que, nesse momento, Ricardo teve que ser exonerado da função. Acrescentou que posteriormente será realizado um novo credenciamento para o cargo de Analista de Investimentos. Quéli perguntou se a contratação do Analista já está em andamento e Elaine perguntou se o credenciamento não poderia ser feito antes da

Quéli

Diego
Adriana
Elaine

Elizangela

Arlinda

Adriana

finalização da cessão de Ricardo. Elizangela explicou que o servidor foi cedido até a data de 25/05/2026 no Termo de Cessão e que só após a referida data iniciará o credenciamento para a função tendo em vista que é função de confiança. Diego explicou que o referido servidor se encontra de atestado médico por 14 dias. Diego explicou que assumirá as atividades operacionais das movimentações de investimentos, como resgates, aplicações em fundos e outros, que são deliberados pelo Comitê de Investimentos. Ele reforçou que havia solicitado algumas informações ao Analista de Investimentos antes de sua saída, mas não obteve retorno e que isso dificulta a continuidade do serviço. A conselheira Irma diz que infelizmente isso acontece muito no serviço público. Quéli perguntou se em vez de fazer a contratação de Analista de Investimentos, se algum servidor não poderia acumular a função. Diego explicou a diferença entre o Gestor de Recursos – que precisa ter a certificação de investimentos exigida pela Secretaria de Previdência, experiência de 2 (dois) anos conforme as áreas definidas na Portaria 1.467/2022, dentre outros requisitos. Diego disse que a função de Gestor de Recursos pode ser assumida tanto pelo Diretor Administrativo e Financeiro, Diretor-Presidente, pelo próprio Analista de Investimentos, ou outro servidor, desde que atendas as exigências da Secretaria. Acrescentou que o trabalho maior não é do Gestor de Recursos, mas do Analista de Investimentos e que acumulará as atividades referentes à parte de investimentos (operacionais) de forma temporária, até que tenha outro servidor. Betânia lembrou que a criação do cargo visou diminuir a sobrecarga da Diretoria Administrativa e Financeira. Diego concordou com Betânia, dizendo que a criação do cargo auxilia na segregação de funções e no andamento da Diretoria Administrativa e Financeira, que é responsável pelos setores de Compras e Licitação, Recepção, Contabilidade e Tesouraria e Administrativo, Folha de Pagamento e etc. Adriana perguntou sobre a construção dos gráficos da evolução dos BDRs – demanda já levantada em outras reuniões. Elizangela disse que o Osmerino, Presidente do Comitê de Investimentos se disponibilizou a colaborar com o IPREV e que verificará com o mesmo sobre a demanda. Ana perguntou o que mudou com o enquadramento do IPREV Mariana para investidor profissional. Diego disse que o novo status aumenta alguns critérios, como a necessidade da certificação avançada para o gestor de recursos e, pelo menos, um membro do Comitê de Investimentos. Acrescentou que foi enviada uma dúvida ao sistema Gescon para verificar a necessidade de certificação para quem já possuía antes de 2026 e para quem vai tirar a certificação neste ano para RPPS que possui patrimônio acima de 500

Primo

Osmerino
Adriana

Diego

Quéli

milhões. Ana disse que, em seu entender, já se pode trabalhar com o aumento do nível dessas certificações, pois há necessidade de maior qualificação em gerir o recurso público, que é aplicado na aposentadoria de várias pessoas. Diego disse também que o nível da certificação que está só aumentando devido, o patrimônio do Instituto e a alta responsabilidade, é natural que aumente ao longo do tempo as exigências para a gestão. Betânia disse que com o novo enquadramento, é importante a preparação, já que aumenta o limite de investimentos em renda variável, que é diferente do universo de investimentos na renda fixa. Adriana perguntou se está em andamento a abertura de novo curso para certificação RPPS, Elizangela disse que a demanda está no Plano de Capacitação e que a contratação do curso não é uma tarefa rápida. Passou-se para a próxima pauta: **3 - Aprovação da Prestação de Contas:** Adriana perguntou se alguém tinha alguma dúvida sobre a Prestação de Contas. Acrescentou que os números devem ser fiéis aos balancetes e que ela pessoalmente não identificou nenhuma inconsistência. As demais conselheiras presentes disseram não ter encontrado nenhuma divergência e, de forma, unânime aprovaram a Prestação de Contas. Passou-se para a próxima pauta: **4 - Posse dos eleitos aos cargos de Diretor-Presidente, Diretor Administrativo e Financeiro, Diretor Previdenciário e Controlador Interno.** Elizangela disse que a nova gestão tomou posse em 21 de maio de 2026 para o mandato de 2026-2030. Acrescentou também que a eleição contou com um número expressivo de votantes: 470 (quatrocentos e setenta), tendo ela recebido 423 (quatrocentos e vinte e três) votos; Diego - 399 (trezentos e noventa e nove) votos; Crislaine - 373 (trezentos e setenta e três) votos e Betânia - 357 (trezentos e cinquenta e sete) votos. Por fim, acrescentou que a reunião de posse contou com a presença do Prefeito, da Secretária de Administração e do Presidente do Conselho. Passou-se para a próxima pauta. **5 - Encaminhamento à Câmara Municipal – resposta aos Requerimentos nº 49/2026 e 50/2026, referentes aos questionamentos sobre a concessão de diárias.** Diego disse que foi enviada a prestação de contas de todos os servidores e conselheiros do instituto no dia 14 de maio, bem como todas as informações solicitadas por meio de um link do Google Drive. Elizangela disse que o vereador Marcelo Macedo está analisando toda a documentação enviada e que, até o momento, não encontrou nenhuma divergência. Acrescentou que ela e o Instituto se colocaram à disposição para o caso de eventuais dúvidas. Passou-se para a próxima pauta. **6 - Respostas ao Ofício nº 153/2026 do Ministério Público referente à denúncia anônima sobre concessão de diárias para participação de**



eventos. Elizangela disse que considerando as manifestações anônimas recebidas na Ouvidoria da Prefeitura, na do Instituto e enviada para o Ministério Público, no dia 08 de maio, o IPREV recebeu um ofício do Ministério Público, solicitando os processos de diárias e prestações de contas dos servidores e membros dos órgãos colegiados do instituto. Diego informou que foi respondido ao Ministério Público com toda documentação de diárias de todos os agentes públicos no dia 22/05/2026. Elizangela também distribuiu o papel com a relação mencionada a cada um dos membros presentes na reunião, dizendo que da forma que a denúncia foi redigida dá a entender que o montante gasto foi apenas com 05 (cinco) pessoas, e não com 40 (quarenta) pessoas, incluindo conselheiros e servidores do Instituto. Reforçou que as resoluções sobre as diárias e as viagens referentes à participação de eventos sempre foram respeitadas. Por fim, acrescentou que o Conselho de Previdência analisará na próxima reunião de junho possíveis mudanças no quantitativo de participações. Passou-se para a próxima pauta: **7 - Resolução que regulamenta o custeio das certificações relativas a RPPS**. Elizangela disse que alguns conselheiros sugeriram retirar o limite de tentativas para obtenção da certificação. Adriana perguntou se as tentativas serão ilimitadas e Diego explicou que não exatamente, afirmando que a ideia é que o IPREV avalie, caso a caso, se um conselheiro poderá ter mais tentativas. Quéli perguntou se não é melhor estimular um prazo (por exemplo, 3 tentativas por ano), em vez de avaliar cada caso individualmente, pois tal situação poderia gerar questionamentos. Elizangela falou que a ideia é justamente atrair possíveis conselheiros e Diego deu exemplo de uma conselheira que, apesar da boa atuação no conselho, quase foi desligada por não ter conseguido se certificar em nenhuma das três tentativas oferecidas. Enfatizou ainda que, em breve teremos novos mandatos de conselheiros, e por isso é importante a possibilidade de certificação, considerando também a exigência do nível da certificação que está só aumentando. Passou-se para a última pauta: **8 - Andamento da elaboração do novo Código de Ética do IPREV Mariana**. Elizangela disse que Diego enviou a minuta do Código de Ética para os conselheiros e perguntou se algum membro presente teve acesso. Ana acrescentou que gostou da instituição da comissão de ética. Diego acrescentou que a minuta foi enviada ao Jurídico do IPREV e que uma das propostas da minuta é a indicação de membros da comissão de ética pelos próprios conselheiros. Adriana perguntou sobre a reunião conjunta e Elizangela falou da dificuldade de alguns conselheiros de se ausentar duas vezes por mês para participação das reuniões. Disse que, posteriormente, o assunto será discutido. Por

Luís

Adriana
Adriana

GO

GO

fim, Diego falou que repassará as demandas da Controladoria para Betânia e que os assuntos pertinentes à Diretoria Administrativa e Financeira que forem discutidos nas reuniões poderão ser repassados à própria diretoria, e que fica a disposição para participar das reuniões quando houver demandas relacionadas ao setor e a necessidade de explanações. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião às **10h 04m** e eu, Yasmim Mendes de Andrade, redigi a presente ata que será assinada por todos.

Adriana Aparecida da Silva Martins Ferreira *Adriana*

Ana Cristina do Valle Domingos *Ana*

Elaine de Souza Nascimento *Elaine*

Quéli Madureira Campos Ferrarez *Queli M.C. Ferrarez*

Irma Cassiano dos Santos. *Irma*

Betânia Aparecida de Paula *Betânia*

Diego da Silva Carioca *Diego*

Elizangela Sara Lana *Elizangela*